



AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 041/2015

O **MUNICÍPIO DE IPAMERI**, pessoa jurídica de Direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-GO, à Avenida Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, representado por seu Gestor Municipal, no interesse da administração pública, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que fará licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 041/2015**, tipo **Maior lance ou maior oferta**, para alienação de imóvel pertencente ao Município de Ipameri/GO, em cumprimento aos preceitos contidos na Lei Federal nº 8.666/93 e modificações posteriores, que na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação, no Prédio da Prefeitura Municipal, Palácio Entre Rios, no dia **19/10/2015** às 08:30 h (oito horas e trinta minutos), estará recebendo os invólucros contendo a documentação e proposta de preços, com base nas condições previstas no Edital que poderá ser adquirido junto a Comissão Permanente de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal de Ipameri, sito à Av. Pandiá Calógeras, nº 84, centro.

IPAMERI-GOÍÁS, aos 10 (dez) dias do mês de setembro de 2015.

JOSÉ EURIPEDES CARNEIRO
Presidente da CPL



AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 041/2015

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 041/2015

PROCESSO Nº 2015007984

DATA DA REALIZAÇÃO: 19/10/2015

HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 08:30 horas

LOCAL DA REALIZAÇÃO: Sala de Reuniões da Comissão de Licitações - Palácio Entre Rios – Av. Pandiá Calógeras nº 84, Centro.

O **MUNICÍPIO DE IPAMERI**, pessoa jurídica de Direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-Go, à Avenida Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, no interesse da administração pública, através da **Comissão Permanente de Licitação do Município de Ipameri/GO**, designada pelo **Decreto nº 005/2015**, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, fará realizar licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 041/2015**, tipo **Maior lance ou maior oferta**, para alienação de imóvel pertencente ao Município de Ipameri/GO, constante do objeto, mediante as **Condições** estabelecidas neste **Edital** e em seus **Anexos**.

I. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a alienação do bem público de propriedade do Município de Ipameri/GO, conforme Certidão de Inteiro Teor, matrícula nº 12.164, constante em uma área da gleba 01, situada a Rodovia GO 330, perímetro urbano, Setor Aeroporto, localização do loteamento, Ipameri/GO, medindo 95.749,25 m² (noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e nove metros e vinte e cinco centímetros), conforme especificações, limites e confrontações contidas no Anexo I deste Edital.

II. DO PREÇO E A FORMA DO PAGAMENTO

2.1 O preço mínimo de venda do imóvel está consignado no Anexo I deste Edital.

2.1.1. O referido preço é estabelecido em moeda corrente nacional, com base em avaliação realizada pela Secretaria Municipal de Expansão,



Desenvolvimento Urbano – SEDUR, nomeada através do Decreto Municipal nº 139/2014.

2.2 A venda do imóvel será realizada mediante pagamento à vista, através de DUAM (Documento Único de Arrecadação Municipal), identificando com o número do processo e do edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

2.3. Após a realização do pagamento, os respectivos comprovantes deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação.

III. DA PARTICIPAÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS

3.1. Poderão participar da presente licitação pessoas físicas ou jurídicas estabelecidas em qualquer localidade do território nacional, individualmente, em grupo ou consórcio, desde que satisfaçam as condições estabelecidas neste Edital.

3.1.1. No caso da participação em grupo ou consórcio, estes deverão ser legalmente constituídos com a indicação da empresa responsável, a qual, para participar deste certame licitatório, deverá atender todas as exigências estipuladas neste Edital e de acordo com o especificado no artigo 33 da Lei n.º 8.666, de 1993.

3.2. A Comissão de Licitação reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente e alterar a data da presente licitação, sem que, com isso, caiba ao licitante o direito a qualquer tipo de indenização.

3.3. O Município de Ipameri também se reserva o direito de não concretizar a venda do imóvel, sem prejuízo das demais cominações previstas, na hipótese do não cumprimento de quaisquer das providências indicadas no presente Edital.

3.4. O Município de Ipameri faz saber aos participantes desta licitação que a apresentação da proposta implica no pleno conhecimento dos termos deste edital, anexos e instruções editadas.

3.5. Os proponentes poderão ser representados por procuração expedida em cartório, outorgando poderes específicos para participar das diversas fases desta licitação e da formalização da compra e venda do imóvel, devendo essa procuração ser anexada à documentação de habilitação.

3.5.1. Só terão direito de usar a palavra, rubricar as documentações, proposta, apresentar reclamações ou recursos e assinar as Atas os licitantes credenciados e os membros da Comissão Especial de Licitação.

3.6. Os procedimentos licitatórios previstos nesta licitação aplicar-se-ão exclusivamente ao imóvel licitado e constante do Anexo I deste Edital.

3.7. É de competência exclusiva da Comissão Permanente de Licitação prestar aos interessados eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários por intermédio do telefone (64) 3491 6000.

3.8. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de interessada retardatária, a não ser como ouvinte.



3.9. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Prefeitura de Ipameri não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.10. É vedada a participação de empresa:

3.10.1. Concordatária ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.10.2. Que tenha sido declarada inidônea pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará sujeita às penalidades previstas no Art. 97, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93;

3.10.3. Que esteja suspensa de licitar junto a administração pública em qualquer de suas esferas;

3.10.4. Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma firma licitante.

3.11. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor ou dirigente do Município de Ipameri, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da mesma ou tenha grau de parentesco com servidores do Município de Ipameri, que atuem ou que exerçam poder hierárquico para influencia e/ou decidir em relação ao processo licitatório (Integrantes da Comissão Especial de Licitação e Secretários).

3.12. A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e consequentemente aplicação das sanções cabíveis.

IV. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1. A impugnação ao presente Edital e seus anexos deverá ser dirigida à Comissão Especial de Licitação e protocolada no Protocolo Geral da Prefeitura de Ipameri, nos seguintes prazos:

a) Por qualquer cidadão, por escrito, até 05 (cinco) dias úteis anteriores a data marcada para reunião de recebimento e abertura dos envelopes;

b) Por licitante, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores a data marcada para reunião de recebimento e abertura dos envelopes.

14.2. Cabe à Administração julgar a impugnação em até três (3) dias úteis, sem prejuízo da faculdade de representação ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

14.3. A impugnação feita tempestivamente pelo Licitante, não o impedirá de participar do certame licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



14.4. Apresentada à impugnação, a mesma será respondida ao interessado, dando-se ciência aos demais licitantes, antes da data marcada para recebimento e abertura dos envelopes.

14.5. Acolhida à impugnação, a Comissão Especial de Licitação revisará o Edital, corrigindo as falhas encontradas, designando nova data para realização do certame.

V. DA REPRESENTAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. A não apresentação de documento firmado pelo licitante, constituindo seu representante legal com poderes para representá-lo em todas as fases do processo licitatório ou a não apresentação de documento de identificação que possibilite a conferência junto ao documento da condição de sócio autorizado a representar a licitante, implicará na perda do direito de manifestação do representante na sessão de abertura dos envelopes e no transcurso do certame, não podendo o mesmo fazer quaisquer registros no decorrer da licitação, até que o credenciamento seja atendido.

5.2. Considera-se como representante legal qualquer pessoa credenciada pela licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, sendo que cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

5.3. Entende-se por documento credencial:

a) Contrato Social, quando a pessoa credenciada for sócia da empresa licitante;

b) Procuração (instrumento público ou particular com firma reconhecida) ou Declaração da licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta Licitação, acompanhado de documento que comprove a competência de que está delegando tais poderes.

5.4. Será aceita participação, cujos envelopes de documentação e proposta seja enviada e recebida pela Comissão Especial de Licitação, até a data e horário fixado para a abertura da licitação, constante no preâmbulo deste Edital.

VI. DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

6.1. No dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital, a Comissão Permanente de Licitação procederá ao recebimento dos documentos de habilitação e a respectiva proposta, em envelopes distintos, para o imóvel objeto deste Edital.

6.2. O licitante deverá apresentar 2 (dois) envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo, o primeiro, documentos obrigatórios à habilitação e, o segundo, a proposta de preço para a aquisição do imóvel.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo



6.3. O licitante vencedor fará o pagamento à vista, conforme cláusula II deste Edital.

6.4. Os interessados em participar da presente licitação deverão apresentar à Comissão Permanente de Licitações 2 (dois) envelopes distintos e hermeticamente lacrados, devendo conter, em sua face externa, as seguintes inscrições, identificando o seu conteúdo:

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Município de Ipameri-GO Proponente: Comissão Permanente de Licitação Concorrência Pública nº 041/2015 Envelope n.º 01 – HABILITAÇÃO Processo nº 2015007984 | Município de Ipameri-GO Proponente: Comissão Permanente de Licitação Concorrência Pública nº 041/2015 Envelope n.º 02 – PROPOSTA DE PREÇOS Processo nº 2015007984 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

6.5. Os envelopes deverão possuir também, em sua face externa, a identificação da razão social, endereço e telefone da empresa concorrente, e ainda a identificação da licitadora e do número do processo.

6.6. A licitadora reserva-se ao direito de não receber envelopes contendo documentação de habilitação e propostas que não estejam devidamente identificados externamente na forma e modo estabelecidos nas cláusulas anteriores.

6.7 - O envelope n.º 1 - Documentos para Habilitação - deverá conter os seguintes documentos originais ou cópias autenticadas no momento da abertura:

6.7.1. O envelope n.º 1 deverá conter para a Habilitação do licitante, o comprovante de recolhimento da caução, nos termos do Art. 18 da Lei 8.666/93 e item 7 deste Edital.

6.7.2. Deverá conter ainda, o nome, endereço e telefone do licitante, visando o envio de informações ou eventuais recursos e decisões, bem como os seus dados bancários para devolução da caução, caso não seja declarado vencedor do certame.

6.7.4. No caso do licitante ser pessoa física:

a) Comprovante de recolhimento da caução correspondente, com a respectiva indicação do imóvel que se pretende adquirir, na forma previsto no item “VI – DA CAUÇÃO”, deste edital;

b) Cédula de Identidade (RG);

c) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Certidão de casamento, se for o caso;

e) Comprovante de endereço;



f) Procuração expedida em cartório, se o licitante se fizer representar por procurador, juntamente com as cópias dos respectivos documentos de identidade e de cadastro de pessoa física;

g) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Município de Ipameri, Estado de Goiás;

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

6.8. No caso do licitante ser pessoa jurídica:

a) Comprovante de recolhimento da caução correspondente, com a respectiva indicação do imóvel que se pretende adquirir, na forma previsto no item “VII – DA CAUÇÃO”, deste edital;

b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

d) Ata de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhada da documentação referida acima;

e) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova de estar à diretoria em exercício;

f) Procuração expedida em cartório, se o licitante se fizer representar por procurador, juntamente com as cópias dos respectivos documentos de identidade e de cadastro de pessoa física;

g) Na participação de empresas em consórcio, deverão ser obedecidas as normas constantes do artigo 33 da Lei nº. 8.666/93;

h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

i) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Município de Ipameri, Estado de Goiás.

j) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

k) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

l) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º do artigo 32 da Lei n.º 8.666, de 1993, conforme modelo previsto no Anexo V deste Edital.



m) Quando permitida a participação de empresas em consórcio, deverão ser obedecidas às normas constantes do artigo 33 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.9. Os documentos necessários à habilitação, indicados no item 6.5/6.6 e seus subitens constantes deste Edital, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou pela comissão permanente de licitação, desde que autenticados antes da abertura do certame.

6.10. A não apresentação de documentos ou não cumprimento de quaisquer das exigências importará na inabilitação do licitante.

6.11. O envelope n.º 2 (Proposta de Preço) deverá conter a proposta de preço do licitante conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital, observando-se as seguintes condições:

a) A proposta deverá ser datilografada ou digitada, legível, sem emendas ou rasuras, datada e assinada pelo licitante ou seu representante legalmente habilitado a participar desta licitação;

b) Número desta Concorrência constante no preâmbulo deste Edital;

c) Identificação do imóvel especificado no item I do Objeto deste Edital;

d) Nome ou razão social por extenso do licitante;

e) Endereço completo e telefone do licitante.

6.12. Para cada licitante será permitida a apresentação de uma única proposta para o imóvel objeto deste Edital.

6.13. Não serão aceitas propostas para o imóvel objeto deste Edital, apresentadas per si, por cônjuges.

6.14. Serão aceitas propostas apresentadas por pessoas físicas ou jurídicas, que estejam se candidatando, à compra do imóvel objeto deste Edital, em sociedade, consórcio, isoladamente ou mediante outra forma de associação.

6.15. Após a abertura dos trabalhos pela Presidente da Comissão Permanente de Licitação não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos, alterações ou esclarecimentos concernentes às propostas entregues.

VII - DA CAUÇÃO

7.1. Constitui exigência para a participação nesta licitação, nos termos do art. 18 da Lei nº 8.666/93, a apresentação do recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mínimo estipulado para o imóvel, a título de caução, que corresponde a R\$ 6.606,70 (seis mil, seiscentos e seis reais e setenta centavos).

7.2. O valor da caução deverá ser pago ao Município mediante DUAM (Documento Único de Arrecadação Municipal)

7.3. A caução do licitante vencedor constituir-se-á, na oportunidade em que for formalizada a transação, em parte do pagamento do sinal.



7.4. Os valores depositados pelos licitantes - para fins de caução - que forem considerados inabilitados, desclassificados, ou simplesmente não apresentem a melhor oferta, serão devolvidos após a publicação do Resultado de Julgamento da Concorrência no Diário Oficial do Município (sitio da AGM).

7.5. Caso não tenham sido informados os dados bancários solicitados no item 6.7.2. deste Edital, os valores caucionados serão devolvidos somente mediante requerimento protocolado pelo interessado. Em ambas as situações, a devolução se dará sem juros e sem correção monetária.

7.6. O licitante que for declarado vencedor da Concorrência, no caso de vir a desistir da compra do imóvel, perderá o direito ao valor da caução, que não lhe será devolvido.

7.7. Constatado que o licitante não apresentou caução pertinente ao imóvel que pretende adquirir, quando da análise da proposta, esta será desclassificada.

7.8. A efetivação do depósito da caução implica pleno conhecimento e integral concordância com os termos deste Edital e seus Anexos, e legislação pertinente a matéria.

7.9. O valor caucionado pelo licitante vencedor constituirá parte do pagamento do imóvel alienado.

VIII - DA ESCRITURA PÚBLICA

8.1. São partes integrantes da Escritura Pública: o presente Edital, a PROPOSTA, as leis mencionadas, os relatórios emitidos pela Comissão Permanente de Licitação e a publicação do resultado da licitação.

8.2. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comprovação de pagamento Definitivo, e verificado que se encontra correto, nas condições previstas neste Edital, será entregue a autorização e minuta para lavratura da escritura pública de compra e venda no cartório.

8.3. Expedida a autorização e minuta para lavratura da escritura pública de compra e venda do imóvel, o licitante vencedor terá o prazo de 60 (sessenta) dias corridos para providenciar a lavratura da mesma.

8.4. Lavrada a escritura, o adquirente deverá fornecer ao Município de Ipameri, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis a critério deste, ante motivo devidamente justificado, um traslado da escritura e respectiva certidão de Registro Geral de Imóveis.

8.5. Serão de responsabilidade do alienante vencedor:

- a) Todas as despesas necessárias à lavratura da escritura;
- b) Iniciativa necessária a lavratura da escritura, inclusive a obtenção de guias, declarações e documentos exigíveis, com o consequente pagamento, às suas



expensas, de taxas, impostos, emolumentos, registros e demais encargos que se fizerem necessários.

c) Custas processuais e taxas judiciárias, quando for o caso;

IX - DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. No horário estabelecido para o recebimento das propostas a Comissão Permanente de Licitação procederá ao exame da habilitação dos licitantes.

9.2. Os envelopes identificados pelo n.º 1, referentes à habilitação, contendo a documentação exigida, serão abertos sucessivamente pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, dando-se vista dos documentos aos licitantes presentes.

9.3 A seguir, a Comissão julgará a habilitação dos licitantes comunicando em sessão pública, por intermédio do seu Presidente, o resultado da mesma.

9.4. Os envelopes identificados pelo n.º 2, referentes a propostas de preços dos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso, ou este tenha sido indeferido pela Comissão Permanente de Licitação, serão restituídos aos mesmos, sem serem abertos, registrando-se o fato na ata dos trabalhos da sessão.

9.5. A Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem a interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos. As propostas de preços serão lidas pelo Presidente ou por um dos membros da Comissão Permanente de Licitação e em seguida rubricadas pelos integrantes da Comissão e pelos licitantes ou por seus procuradores presentes.

9.6. O licitante terá sua proposta desclassificada quando:

a) Apresentar mais de uma proposta para a concorrência objeto deste Edital;

b) No caso de cônjuges, estes não poderão participar com propostas distintas para este Edital, se o fizerem, ambas as propostas serão desclassificadas;

c) Ofertar proposta de preço com valor inferior ao valor mínimo estabelecido para o imóvel objeto deste Edital;

d) Não observar os procedimentos ou quaisquer das condições estabelecidas neste Edital.

X. DA ANÁLISE, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

10.1. Será proclamada vencedora a proposta que, atendendo às exigências deste Edital, apresentar a maior oferta de preço em Real.



10.2. Ocorrendo empate de propostas de preços, a Comissão Permanente de Licitação procederá, na mesma sessão, sorteio para classificação final da proposta vitoriosa.

10.3. Com base nos critérios estabelecidos neste Edital para o julgamento das propostas, a Comissão Permanente de Licitação elaborará o Mapa de Apuração da Concorrência, nele consignando a classificação das propostas por ordem decrescente de valores em Reais.

10.4. A Comissão Permanente de Licitação fará também um Relatório onde justificará a classificação e a desclassificação de propostas, proclamando o licitante vencedor deste Edital.

10.5. As propostas desclassificadas permanecerão de posse da Comissão Permanente de Licitação e farão parte integrante do processo interno licitatório.

XI. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

11.1. A Comissão Permanente de Licitação encaminhará o Processo desta Concorrência, juntamente com as atas de habilitação e proposta e demais peças deste certame licitatório, ao Gestor do Município, que deliberará sobre a validade dos procedimentos e encaminhará ao Departamento de Licitações para a homologação do resultado e posterior adjudicação ao licitante vencedor.

11.2. Após esses procedimentos, o resultado deste certame licitatório será publicado no Diário Oficial do Município (sítio da AGM) para conhecimento público.

11.3. Não havendo recurso contra a decisão que homologou o procedimento licitatório, ou tendo sido julgados os interpostos, o licitante vencedor será convocado para efetuar os pagamentos devidos, referidos neste Edital, e receber as instruções para a lavratura da escritura de compra e venda.

11.4. Caberá ao adquirente a iniciativa das providências e despesas necessárias à lavratura da escritura, cujo prazo máximo será de 30 (trinta) dias, a contar da convocação feita pela Prefeitura para esta finalidade.

11.5. Lavrada a escritura, o adquirente deverá fornecer ao Município de Ipameri, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis, ante motivo devidamente justificado, um traslado da escritura e respectiva certidão de Registro Geral de Imóveis.

11.6. Sendo a licitante pessoa jurídica em sociedade, será obrigatória a garantia dos sócios e dirigentes para todas as obrigações assumidas.

XII. DOS RECURSOS

12.1. Em qualquer fase do processo licitatório, cabem os recursos previstos no artigo 109 da Lei n.º 8.666, de 1993, devendo ser interpostos junto à



Comissão Permanente de Licitação, mediante petição digitada, devidamente arrazoada e subscrita pelo recorrente ou seu representante legal.

12.2. O recurso será interposto por escrito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, e protocolado no centro administrativo da Prefeitura, de segunda a sexta feira, das 08h às 11h e das 13h às 17h.

12.3. Havendo interposição de recurso, este será aceito com efeito suspensivo, tanto na habilitação ou inabilitação, quanto no julgamento das propostas, devendo ser designada pela Comissão Permanente de Licitação data para conhecimento da decisão.

XIII. DAS PENALIDADES

13.1. O licitante vencedor perde em favor da Prefeitura de Ipameri/GO, o valor depositado em caução, a título de multa, nos casos de:

13.1.1. Desistência;

13.1.2. Não cumprimento do prazo para comparecimento após as devidas convocações;

13.1.3. Não cumprimento do prazo para depósito do sinal ou entrada da compra;

13.1.4. Não cumprimento do prazo para pagamento do valor total;

13.1.5. Não comparecimento para a assinatura do contrato, no prazo estabelecido;

13.1.6. Não formalização da escritura pública de compra e venda, no prazo estabelecido, por motivos ocasionados pelo licitante, inclusive restrições cadastrais;

13.1.7. Descumprimento de quaisquer outras condições estabelecidas no presente edital.

13.2. Pelo atraso de pagamento incidirão multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, com atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculados sobre o valor do débito, nos casos permitidos neste edital.

XIV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. O imóvel objeto desta licitação será alienado no estado em que se encontra, ficando a cargo dos adquirentes as eventuais providências que forem necessárias às regularizações de qualquer natureza, com os ônus e riscos decorrentes.

14.2. Fica sob a responsabilidade do licitante vencedor, quando se tratar de imóvel ocupado, arcar com a desocupação do mesmo.



Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo



14.3. O Município de Ipameri se exime de qualquer responsabilidade pelas negociações no tocante à indenização e a desocupação do imóvel.

14.4. Fica estabelecido para o licitante vendedor o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a lavratura da escritura para a entrega do imóvel.

14.5. Esta licitação não importa, necessariamente, em proposta de contrato por parte da Prefeitura, podendo ser revogada, no todo ou em parte por interesse administrativo, ou anulada de ofício ou mediante provocação, bem como adiado ou prorrogado o prazo para o recebimento das propostas, sem que caiba qualquer direito à reclamação ou indenização.

14.6. Os casos omissos serão resolvidos preliminarmente pela Comissão Permanente de Licitação e, na sua impossibilidade, pelo Gestor Municipal.

14.7. A participação no procedimento licitatório implicará em aceitação plena e irrevogável das condições constantes deste Edital.

14.8. O licitante que for declarado vencedor da Concorrência, no caso de vir a desistir da aquisição do imóvel, perderá o direito ao valor da caução, que não lhe será devolvido.

14.9. Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

14.9.1 - Anexo I – Termo de Referência.

14.9.2 - Anexo II - Especificações do Imóvel e Condições de Pagamento.

14.9.3 - Anexo III - Vistoria do Imóvel.

14.9.4 - Anexo IV - Modelo de Apresentação de Proposta.

14.9.5 - Anexo V - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente.

14.9.6 - Anexo VI – Modelo de Carta Credencial;

14.9.7 - Anexo VII – Modelo de Declaração que não Possui em seu Quadro Servidor ou Dirigente de Órgão ou Entidade Contratante ou Responsável pela Licitação;

14.9.8. Anexo VIII – Minuta do Contrato.

14.10 - As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Ipameri/GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Comissão de Licitações do Município de Ipameri/GO, aos 10 (dez) dias dia do mês de setembro de 2015.

JOSÉ EURIPEDES CARNEIRO
Presidente da CPL



TERMO DE REFERÊNCIA

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 041/2015

1. OBJETO:

1.1. A presente **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** tem por objeto a “**ALIENAÇÃO DO BEM PÚBLICO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE IPAMERI**”, conforme Certidão Negativa de Inteiro Teor, matrícula nº 12.164, constante em uma área da gleba 01, situada a Rodovia GO 330, perímetro urbano, Setor Aeroporto, localização do loteamento, Ipameri/GO, medindo 95.749,25 m² (noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e nove metros e vinte e cinco centímetros), conforme especificações, limites e confrontações abaixo:

MEMORIAL DESCRITIVO DE ÁREA URBANA

Proprietário: MUNICÍPIO DE IPAMERI GOIÁS

Endereço: Rodovia GO – 330 (Perímetro Urbano) Setor Aeroporto

Área total: 95.749,25m²

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

O Imóvel a ser descrito ficará com as seguintes dimensões:

Frente: 200,00 metros de frente p/ a GO 330 – Km 237, perímetro urbano.

Fundos: 180,00 metros confrontando com o Aeroporto Municipal de Ipameri

Lateral direita: 605,56 metros confrontando com área de Geraldo David de Souza.

Lateral esquerda: 489,83 metros confrontando com o Aeroporto Municipal de Ipameri.

Registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ipameri, Estado de Goiás, sob a Matrícula nº 12.164.



2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A disciplina dos bens públicos encontra sua definição inicial no art. 98 do Código Civil, que estabelece:

Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

2.2. O critério de definição do bem como bem público é o fato de pertencer à pessoa jurídica de direito público interno. O Código Civil ainda classifica os bens públicos em três espécies: de uso comum, de uso especial e os dominicais.

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas Entidades.

Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei."

2.3. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro (in Direito Administrativo, p. 541), o critério dessa classificação é o da destinação (ou afetação) dos bens; os de uso comum são aqueles que, por natureza ou por determinação legal, são destinados ao uso coletivo; os de uso especial são voltados para a utilização pela Administração para seus objetivos; por último, os dominicais não têm destinação pública definida, motivo pelo qual podem ser aplicados para obtenção de renda. Dessa forma, do ponto de vista jurídico, há duas modalidades de bens públicos: os de domínio público do Estado (uso comum e especial) e os de domínio privado do Estado (dominicais).



2.4. A Prefeitura de Ipameri, através das Secretaria Municipal de Expansão, Desenvolvimento Urbano – SEDUR e Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Planejamento e Finanças, após visita de empresários, detectou que a área ora que se pretende alienar não tem utilidade momentânea para a administração municipal, contudo provoca grande interesse de empresários se instalarem no Município de Ipameri.

2.5. A autorização legislativa para alienação do imóvel consta da Lei Municipal nº 3.016, de 28 de agosto de 2.015.

2.6. A posição majoritária da doutrina converge para o entendimento de que os bens de uso especial, por se encontrarem afetados a alguma finalidade pública, são em regra inalienáveis (vide teor do art. 100 do Código Civil); mas podem perder o caráter de inalienabilidade desde que desafetados de sua destinação pública. Para Celso Antonio Bandeira de Mello (Curso de Direito Administrativo, p. 839), a desafetação de um bem de uso especial depende de lei ou ato do Poder Executivo, ato aqui entendido como atitude ou ação governamental que encerre uma manifestação de vontade, ou ainda de um fato da natureza que determine a descaracterização da finalidade pública do bem de uso especial.

2.7. Complementarmente, define Maria Sylvia que a desafetação pode ser expressa ou tácita; na primeira hipótese, decorre de ato administrativo ou de lei; na segunda, resulta da atuação direta da Administração, sem necessariamente haver manifestação de vontade, ou pode ter como causa um fato da natureza. A Lei Municipal nº 3.016, de 28 de agosto de 2.015, em seu art. 1º desafetou o imóvel, *in verbis*:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desafetação e alienar por licitação uma área de 95.749,25 m² (noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e nove metros e vinte e cinco centímetros), de imóvel de sua propriedade, cuja descrição e caracterização encontra-se no anexo desta lei.

2.8. É do conhecimento, não é importante para o Município continuar proprietário da área pública subutilizada, vez que na região do aeroporto inexistem a curto e médio prazo para instalação de qualquer serviço público. Com a alienação da área, face a demonstração de interesse de instalação de empresa, é função do Município promover o desenvolvimento econômico e social, atendendo aos legítimos anseios de sua gente, promovendo a criação de renda e empregos, com o possível investimento a se realizar.

2.9. O Município preocupado com a geração de emprego e renda, participou junto ao Governo do Estado de Goiás de um protocolo de intenções para instalação de empresa de grande porte. Todavia para alienar o imóvel, buscou



autorização do Poder Legislativo, através da citada Lei Municipal nº 3.016, de 28 de agosto de 2.015.

2.10. Com a venda da referida área o valor será destinado as despesas legalmente autorizadas, e deverá ser processada através do Orçamento do Município, registrado na Contabilidade Geral conforme determina o ordenamento jurídico pátrio.

2.11. O procedimento de alienação será realizado conforme dispõe a Lei n.º 8.666/93 e a aplicação dos recursos observará a Lei Complementar n.º 101/2001 e a Lei 4.320/64, especialmente o art. 44 da citada Lei Complementar, *in verbis*:

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

2.12. Portanto, considerando que o Município de Ipameri não deve manter imóveis que não estejam sendo utilizados ou que não sejam necessários à Administração Pública Municipal, aliada a necessidade de promover o saneamento das finanças e captar novos recursos para subsidiar o desenvolvimento do Município, se faz necessária a alienação do mesmo.

3. VALOR MÍNIMO DA PROPOSTA:

3.1. A proposta a ser apresentada deverá compreender o valor do objeto do certame. Com o fim de se atender ao que dispõe o art. 17, I, da Lei n.º 8.666/1993 abaixo transcrito, à avaliação dos bens a serem alienados.

Art. 17". A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.

3.2. Dessa forma, o valor de avaliação dos bens deve ser o valor mínimo a ser admitido para fins de formação da proposta, R\$ 132.133,96 (cento e trinta e dois mil, cento e trinta e três reais e noventa e seis centavos), conforme tabela avaliado pela Secretaria Municipal de Expansão, Desenvolvimento Urbano – SEDUR



4. VISTORIA:

4.1. O bem é franqueado para vistoria no endereço do imóvel.

4.2. A vistoria poderá ser realizada por qualquer interessado, não sendo obrigatória para fins de participação no certame, sendo que o **COMPRADOR** não poderá desistir da compra em virtude de alegações quanto ao estado do bem, cabendo, portanto, a verificação, pelo interessado, no ato da vistoria.

5. PROCEDIMENTO A SER REALIZADO NA CONCORRÊNCIA:

5.1. A concorrência será feita na forma de pagamento à vista.

5.1.1. Abertura, pelo Presidente da Comissão de Licitação, da sessão pública, com leitura dos pontos do **EDITAL** considerados pertinentes e esclarecimento de eventuais dúvidas dos concorrentes;

5.1.2. Convocação dos **LICITANTES** para apresentação dos envelopes referentes à habilitação e às propostas de preço para aquisição **À VISTA**;

5.1.3. Exame do cumprimento, pelos **LICITANTES** pela realização do pagamento **À VISTA**, dos critérios de habilitação previstos no **EDITAL**;

5.1.4. Análise das propostas de preço, declarando-se vencedor o **LICITANTE** que oferecer **MAIOR PREÇO À VISTA**;

6. OBRIGAÇÕES DO(S) COMPRADOR(S):

6.1. Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, no **EDITAL** ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, constituem obrigações do **COMPRADOR**:

6.1.1. Pagamento **À VISTA**, assinar a escritura definitiva de compra e venda, no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da convocação do licitante vendedor conforme disposto neste edital, concomitantemente, efetuar o pagamento ao Município na forma e condições estabelecidas no item 8.1 deste **ANEXO**.

6.1.2. Comprovar o registro da escritura definitiva de compra e venda no Registro Geral de Imóveis, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez por igual período em caso de justificativa a ser apresentada pela **CONTRATADA** e devidamente aceita pelo promitente vendedor.

6.1.3. Arcar com todas as despesas relativas ao bem adquirido após a imissão na posse.

7. OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE VENDEDOR:

7.1. Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, no **EDITAL** ou em lei, particularmente na Lei nº 8.666/93, constituem obrigações do **Promitente vendedor**:



7.1.1. Franquear a vistoria para quaisquer interessados aos bens, consoante disposto no item 4 deste **ANEXO**.

7.1.2. Entregar as chaves do bem no dia da assinatura da Escritura definitiva de Compra e Venda, no prazo estabelecido no item 9.4, após a assinatura da Escritura de Promessa de Compra e Venda.

8. PAGAMENTO:

8.1. A venda do imóvel será realizada mediante pagamento à vista, através de DUAM (Documento Único de Arrecadação Municipal), identificando com o número do processo e do edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

8.2. Após a realização do pagamento, os respectivos comprovantes deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação.

8.3. Caberá ao COMPRADOR à responsabilidade pelo pagamento de todas as despesas e encargos relativos à transação, inclusive despesas com eventuais certidões dos bens ou pessoais do próprio COMPRADOR ou do promitente vendedor, impostos, escrituras, registros.

9. FORMALIZAÇÃO JURÍDICA:

9.1. A escritura pública de compra e venda ou de promessa de compra e venda deverá ser lavrada em até 30 (trinta) dias, contados da convocação a ser efetuada pelo Município, que ocorrerá após a homologação do processo licitatório e devida publicação no Diário Oficial do Estado.

9.2. O Contratado deverá comprovar o registro da escritura definitiva de compra e venda e/ou promessa de compra e venda no Registro Geral de Imóveis, dentro do prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado uma única vez por igual período em caso de justificativa a ser apresentada pelo Contratado e devidamente aceita pelo Município.

9.3. As despesas da operação serão de responsabilidade do comprador, especialmente o pagamento de quaisquer despesas e encargos relativos à transação.

9.4. Fica estabelecido para o licitante vendedor o prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a lavratura da escritura para a entrega do imóvel.

10. PENALIDADES:

10.1. A **CONTRATADA** que não cumprir com a obrigação de comprovar o registro da escritura definitiva de compra e venda e/ou promessa de compra e venda no Registro Geral de Imóveis, dentro do prazo previsto no subitem 9.1, deste **ANEXO**, sujeita-se a aplicação de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor do bem adquirido.



**Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo**



10.2. O licitante vencedor perde em favor da Prefeitura de Ipameri/GO, o valor depositado em caução, a título de multa, nos casos de:

10.1.1. Desistência;

10.1.2. Não cumprimento do prazo para comparecimento após as devidas convocações;

10.1.3. Não cumprimento do prazo para depósito do sinal ou entrada da compra;

10.1.4. Não cumprimento do prazo para pagamento do valor total;

10.1.5. Não comparecimento para a assinatura do contrato, no prazo estabelecido;

10.1.6. Não formalização da escritura pública de compra e venda, no prazo estabelecido, por motivos ocasionados pelo licitante, inclusive restrições cadastrais;

10.1.7. Descumprimento de quaisquer outras condições estabelecidas no presente edital.

10.2. Pelo atraso de pagamento incidirão multa de 10% (dez por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, com atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculados sobre o valor do débito, nos casos permitidos neste edital.

Comissão de Licitações do Município de Ipameri/GO, aos 10 (dez) dias dia do mês de setembro de 2015.

JOSÉ EURÍPEDES CARNEIRO
Presidente da CPL



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Proprietário: MUNICÍPIO DE IPAMERI GOIÁS

Endereço: Rodovia GO – 330 (Perímetro Urbano) Setor Aeroporto

Área total: 95.749,25 m² (noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e nove metros e vinte e cinco centímetros)

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

O Imóvel a ser descrito ficará com as seguintes dimensões:

Frente: 200,00 metros de frente p/ a GO 330 – Km 237, perímetro urbano.

Fundos: 180,00 metros confrontando com o Aeroporto Municipal de Ipameri

Lateral direita: 605,56 metros confrontando com área de Geraldo David de Souza.

Lateral esquerda: 489,83 metros confrontando com o Aeroporto Municipal de Ipameri.

Registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ipameri, Estado de Goiás, sob a Matrícula nº 12.164.

SITUAÇÃO: REGULARIZADO

PREÇO MÍNIMO DE VENDA: R\$ 132.133,96 (cento e trinta e dois mil, cento e trinta e três reais e noventa e seis centavos)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DAS REFERIDAS ÁREAS:

A venda do imóvel será realizada mediante pagamento à vista, através de DUAM (Documento Único de Arrecadação Municipal), identificando com o número do processo e do edital, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Após a realização do pagamento, os respectivos comprovantes deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação.

Caberá ao COMPRADOR a responsabilidade pelo pagamento de todas as despesas e encargos relativos à transação, inclusive despesas com eventuais certidões dos bens ou pessoais do próprio COMPRADOR ou do promitente vendedor, impostos, escrituras, registros.



ANEXO III

CONCORRÊNCIA N.º 041/2015

VISTORIA DO IMÓVEL

Local para se obter a autorização para vistoriar o imóvel e o conhecimento da documentação dominial.

ENDEREÇO: Av. Pandiá Calógeras nº 84, Centro – Palácio Entre Rios – Ipameri - Goiás

TELEFONE: (64) 3491 6000

HORÁRIO: 08h00min as 11h00min



MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Para a área: _____

_____(fulano de tal) _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pelo(a) _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA ter sido designado pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, para realizar Vistoria às dependências do imóvel acima descrito.

Outrossim DECLARA ter efetuado a referida vistoria, no prazo legal do imóvel a ser licitado, tendo tomado conhecimento das instalações e das atuais condições do imóvel, objeto da Concorrência Pública nº 041/2015.

Por fim, DECLARA que o imóvel vistoriado atende a todos os requisitos necessários para a aquisição do Município de Ipameri, Estado de Goiás, estando de acordo com todas as condições especificadas no EDITAL e em seus ANEXOS, caso venha a sagrar-se vencedor do certame.

_____, ____ de _____ de 2015.

assinatura do Preposto



ANEXO IV

CONCORRÊNCIA N.º 041/2015

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. QUALIFICAÇÃO DO LICITANTE/REPRESENTANTE

RAZÃO SOCIAL/NOME: _____

CGC/CPF: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

TIPO E SOCIEDADE: _____

NOME DOS SÓCIOS CONTROLADORES: _____

TELEFONE: _____

ENDEREÇO COMERCIAL / RESIDENCIAL: _____

CIDADE: _____

ESTADO: _____

TELEFONE: _____

2. ENDEREÇO DO IMÓVEL PRETENDIDO: _____

3. VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____ (_____).

DECLARAÇÃO:

Declaro, ao assinar esta proposta em 01 (uma) via que conheço e estou de pleno acordo com as normas do Edital acima referido e que aceito o imóvel no estado físico de ocupação e de regularização em que se encontra.

..... de de 2015.

(Local e data)

Assinatura do Licitante ou Representante Legal



ANEXO V

CONCORRÊNCIA N.º 041/2015

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Razão Social/Nome) _____

CNPJ ou CPF N.º _____

Sediada _____(endereço completo)

_____ declara sob as penalidades cabíveis que:

Que todas as informações documentais fornecidas são verdadeiras;

Que recebeu todas as informações necessárias para participar do certame e concorda com os termos do Edital;

Que não está impedido de licitar com o Poder Público por ter sido apenado com declaração de inidoneidade, por qualquer ente da Administração Pública, cujos efeitos se encontram pendentes ou sem que tenha sido reabilitado perante a autoridade que aplicou a penalidade;

Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

Por ser expressão da verdade.

....., de de 2015.

(Local e data)

Assinatura do Licitante ou Representante Legal



ANEXO VI

MODELO CARTA CREDENCIAL

Ao
Município de Ipameri, Estado de Goiás
Av. Pandiá Calógeras nº 84, Centro – Palácio Entre Rios
Ipameri – Goiás

Referência: Edital de Concorrência nº 041/2015

Att.: Comissão Permanente de Licitação

Na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____ credenciamos o Sr. _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF(MF) n.º _____, para nos representar na licitação em referência, com poderes para formular ofertas, lances de preço, recorrer, renunciar a recurso e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal



ANEXO VII

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SERVIDOR OU DIRIGENTE DE ÓRGÃO OU ENTIDADE CONTRATANTE OU RESPONSÁVEL PELA LICITAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para os devidos fins de que possui em seus quadros, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação ou tenha grau de parentesco com servidores da Município de Ipameri/GO.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura do responsável legal



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE
SI FIRMAM, DE UM LADO O MUNICÍPIO DE
IPAMERI-GO, E

.....

O **MUNICÍPIO DE IPAMERI**, pessoa jurídica de Direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-GO, à Av. Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, representado por sua prefeita municipal, **Daniela Vaz Carneiro**, brasileira, casada, agente político, portadora do CPF nº 842.733.641-15 e RG nº 1.468 2ª Via DGPC/GO, residente e domiciliado na cidade de Ipameri/GO, à Rua Santa Cecília, nº 03 – Bairro Vera Cruz, doravante denominada COMPROMISSÁRIA VENDEDORA, e de outro lado, a empresa ou pessoa física -----, com sede na -----, inscrita no CNPJ sob o nº. -----, neste ato representado por -----, -----, -----, RG nº. ----- e CPF nº. -----, doravante denominada de COMPROMISSÁRIO COMPRADOR, têm justo e contratado, de acordo com o processo administrativo de nº 2015007984, e fundamentado na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, suas alterações, Lei Municipal nº 3.016, de 28 de agosto de 2.015 e pelas disposições deste Edital e seus Anexos, o que se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Instrumento é a venda do imóvel localizado na Rodovia GO – 330 (Perímetro Urbano) Setor Aeroporto, com **área total**: 95.749,25 m² (noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e nove metros e vinte e cinco centímetros), com os seguintes limites e confrontações:

Frente: 200,00 metros de frente p/ a GO 330 – Km 237, perímetro urbano.

Fundos: 180,00 metros confrontando com o Aeroporto Municipal de Ipameri

Lateral direita: 605,56 metros confrontando com área de Geraldo David de Souza.

Lateral esquerda: 489,83 metros confrontando com o Aeroporto Municipal de Ipameri.

1.2. O citado imóvel encontra-se registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Ipameri, Estado de Goiás, sob a Matrícula nº 12.164, e conforme autorizado pelo Artigo 17, inciso I, da Lei n.º 8.666, de 1993, e Lei Municipal nº 3.016/2015.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. A COMPROMISSÁRIA VENDEDORA compromete-se a vender ao COMPROMISSÁRIO COMPRADOR o imóvel descrito na Cláusula Primeira, de acordo com a Concorrência Pública nº 041/2015 e nos termos da proposta de compra e venda vencedora, pelo preço certo e ajustado de R\$ (.....).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento do preço ajustado deverá ser pago em até 05 (cinco) dias, podendo compensar o valor depositado a título de caução.

3.2. O pagamento de que tratam esta cláusula serão efetuados mediante recolhimento a serem feitos por meio de “DUAM”, no qual os respectivos códigos serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Planejamento e Finanças.

CLÁUSULA QUARTA – DA ESCRITURAÇÃO

4.1. A venda se faz nos moldes dos artigos 17 e 18 da Lei nº 8.666/93, cabendo à COMPROMISSÁRIA VENDEDORA a publicação do extrato do Contrato, e ao COMPROMISSÁRIO COMPRADOR a lavratura da escritura pública de promessa de compra e venda, aperfeiçoadora deste Instrumento, com entrega de um traslado da escritura e respectiva certidão de Registro Geral de Imóveis COMPROMISSÁRIA VENDEDORA, no prazo de 30 (trinta) dias ou quando da convocação pela Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, Planejamento e Finanças.

4.2. As demais providências notariais previstas na Lei nº 6.015/73 serão promovidas e custeadas pelo COMPROMISSÁRIO COMPRADOR, devendo ele, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do Contrato, apresentar certidão da anotação tratada no item 29, do inciso I, do Artigo 167 da mencionada Lei de Registro Público.

4.3. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comprovação de pagamento definitivo, e verificado que se encontra correto, nos termos deste instrumento e do Edital da Concorrência nº 041/2015, será entregue a autorização e minuta para lavratura da escritura pública de compra e venda no cartório de notas deste município em favor do vencedor.

4.4. Expedida a autorização e minuta para lavratura da escritura pública de compra e venda do imóvel, o COMPROMISSÁRIO COMPRADOR terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos para providenciar a lavratura da mesma.

CLÁUSULA QUINTA – DA POSSE, DAS VEDAÇÕES, BENFEITORIAS E GARANTIA



5.1. Feito e comprovado o pagamento da entrada estipulada na Cláusula Segunda deste Instrumento, e estando em dias o pagamento, no prazo de 05 (cinco) a contar da assinatura deste instrumento, fica o COMPROMISSÁRIO COMPRADOR legitimamente imitado na posse, no uso e gozo do imóvel.

5.2. Para garantia do cumprimento das obrigações ora avençadas, até a quitação total das prestações, é vedado ao COMPROMISSÁRIO COMPRADOR alienar, sub-rogar, ceder, ou proceder a qualquer outro gravame, a qualquer título, sobre o imóvel objeto deste Instrumento.

5.3. Caso a venda seja cancelada ou desfeita por qualquer motivo, as benfeitorias necessárias ou não, erigidas no imóvel, não serão indenizadas.

5.4. Imitido o COMPROMISSÁRIO COMPRADOR na posse do imóvel objeto deste Contrato, ficam sob sua responsabilidade todas as despesas havidas em face da propriedade, do uso e gozo do imóvel, tais como impostos, taxas, contribuições de melhoria, água e esgoto, energia elétrica, autuação de qualquer natureza, ainda que em nome da COMPROMISSÁRIA VENDEDORA.

5.5. As Certidões Negativas de Débitos da Secretaria da Receita Federal, da Dívida Ativa da União, das Receitas Estadual e Municipal, e daquelas relativas ao INSS e FGTS, deverão ser entregues pela COMPROMISSÁRIA VENDEDORA ao COMPROMISSÁRIO COMPRADOR para apresentação em Cartório, quando dos atos notariais tratados no caput da Cláusula Sexta, e quando da transferência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES

6.1. Na execução deste Contrato, as comunicações entre as partes deverão ser feitas por escrito, com aviso de recebimento, salvo se realizar por portador, hipótese em que deverá haver chancela de recebimento, com indicação do assunto e datas de envio e protocolo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

As hipóteses não previstas neste Contrato serão resolvidas de comum acordo, observando a legislação em vigor e, subsidiariamente, na doutrina e na jurisprudência aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS NOVAS ESTIPULAÇÕES

Observadas as Cláusulas do presente Contrato poderá sofrer aditamentos, a qualquer tempo, mediante instrumento próprio (Termo Aditivo), sempre que houver necessidade de se proceder à alteração das condições e Cláusulas acordadas, nos limites legalmente facultados.

CLÁUSULA NONA - DO FORO



**Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Ipameri
Poder Executivo**



9.1– Fica eleito o foro da Comarca de Ipameri/GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Instrumento Contratual.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato, em três (03) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas (02) testemunhas abaixo assinadas.

GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE IPAMERI, Estado de Goiás, aos (.....) dias do mês de de 2015.

MUNICÍPIO DE IPAMERI
Daniela Vaz Carneiro
Prefeita Municipal

.....
CNPJ nº

..... – sócio administrador

Testemunhas:

| | |
|-----------|-----------|
| 1ª) _____ | 2ª) _____ |
| Nome: | Nome: |
| CPF nº | CPF nº |